

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

Cultura africana por meio dos símbolos gráficos Adinkra

Vanessa Dybax¹
Jackelyne Corrêa Veneza²

RESUMO:

O presente artigo apresenta a reflexão da implementação do projeto de intervenção pedagógica Cultura Africana por meio dos símbolos gráficos adinkra, que objetiva a valorização das manifestações artísticas africanas por meio do estudo da sua cultura. A necessidade da desconstrução de um pensamento equivocado sobre o continente africano deu origem a pesquisa que buscou conceituar e compreender o ensino da arte no Brasil, a lei nº 10.639/03 na educação escolar e as manifestações artísticas africanas. Foram realizadas atividades diversificadas integrantes de um caderno pedagógico composto por três unidades, desenvolvidas em uma turma de alunos do 9º ano do ensino fundamental do colégio estadual Tatuquara, no município de Curitiba/PR. Por meio das atividades foi possível perceber uma mudança na visão dos alunos relacionada a arte e a cultura do continente africano, compreendendo que os símbolos adinkra, encontrados nos tecidos, nas cerâmicas, na arquitetura e em outros objetos são manifestações artísticas originárias dos povos akan, que habitavam as regiões que hoje compreendem os países de Gana e Costa do Marfim.

Palavras-chave: arte, África, símbolos adinkra

¹ Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná, Graduada em Artes Visuais pela Universidade Tuiuti do Paraná.

² Professora Mestre da Universidade Estadual do Paraná e Orientadora do PDE do Campus de Curitiba I Embap.

INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no projeto de intervenção pedagógica do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE teve como objetivo a valorização das manifestações artísticas africanas. Observou-se que a maioria dos estudantes apresentava poucos e equivocados conhecimentos sobre o continente africano. Desconhecendo as manifestações artísticas da cultura específica de cada povo.

Para o desenvolvimento da pesquisa e da implementação foi necessário conceituar e compreender o ensino da arte no Brasil, que seguiu o modelo de educação baseado no padrão estético da arte europeia. A lei nº 10.639/03, na educação escolar, que determinou a inclusão dessa temática nos currículos de educação básica. E as manifestações artísticas africanas, buscando desconstruir conceitos pré-estabelecidos, que foram transmitidos a partir de uma visão eurocêntrica.

Neste sentido, as atividades abordaram a contextualização histórica e geográfica do continente africano, o negro e a escravidão no Brasil, a lei nº 10.639/03, a arte e as manifestações artísticas africanas destacando o uso dos símbolos gráficos adinkra.

O tema proposto é relevante para a desmistificação de estereótipos sobre o continente africano, que em muitas situações não é reconhecido pela sua diversidade artística e cultural e, também, para o cumprimento da lei federal nº 10.639/03, que estabelece o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todas as áreas do conhecimento.

ENSINO DA ARTE

No período colonial brasileiro a Companhia de Jesus desenvolveu uma educação de tradição religiosa para os portugueses, indígenas e africanos por meio de ensinamentos de artes. De acordo com Prandi (2002), “durante o período 1525 a 1851, mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravizados.” (In: FERREIRA, 2014, p 85).

Nesse período, século XVI ao XVIII, na Europa houve um rompimento do modelo teocêntrico em favor do Iluminismo, cuja explicação para os fenômenos era dada

pela ciência e razão ocasionando uma reforma na educação do território brasileiro, na qual a ênfase era o ensino das ciências naturais e dos estudos literários, que não ocorriam efetivamente na prática.

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808 foram realizadas obras e ações para atender as necessidades da corte, destacando a vinda de artistas franceses para ensinar artes e ofícios artísticos. A concepção de arte desse grupo, denominado Missão Francesa, era o Neoclassicismo, ou seja, o culto a beleza clássica; e desta forma realizavam apenas reproduções e cópias da arte europeia. O padrão estético adotado entrou em conflito com a arte colonial, realizada por mestiços de origem humilde que não recebiam nenhuma remuneração por suas obras, ao contrário dos estrangeiros. Assim o ensino de arte nos estabelecimentos educacionais ficou dividido em duas partes: formação estética e artes manuais e industriais.

Em 1890, com a proclamação da República, ocorreu a primeira reforma educacional.

Tal reforma foi marcada pelos conflitos de ideias positivistas e liberais. Os positivistas defendiam a necessidade do ensino de Arte valorizar o desenho geométrico como forma de desenvolver a mente para o pensamento científico. Os liberais preocupados com o desenvolvimento econômico e industrial defendiam a necessidade de um ensino voltado para a preparação do trabalhador. (PARANÁ, 2008, p.40).

Nesse período o ensino foi direcionado para a valorização da ciência e da geometria atendendo ao Capitalismo e as demandas da produção e mercado de trabalho.

Com o acontecimento da Semana da Arte Moderna, em 1922, houve mudanças na arte brasileira, principalmente a ruptura com a forma de representação realista, direcionando para a valorização da arte nacional. Para Oswald de Andrade, “os artistas brasileiros deveriam ter como ponto de partida as raízes nacionais.” (In: PROENÇA, 2005, p 198.).

Conforme as Diretrizes Curriculares de Arte:

O movimento modernista valorizava a cultura popular, pois entendia que desde o processo de colonização a arte indígena, a arte medieval e renascentista europeia e a arte africana, cada qual com as suas especificidades, constituíram a matriz da cultura popular brasileira. (PARANÁ, 2008, p.40).

A Escolinha de Arte, criada em 1948, se tornou modelo para outras escolas que surgiram apoiadas no sistema pedagógico da Escola Nova, que tinha como fundamentos a livre expressão de formas, a individualidade, a inspiração e a sensibilidade. (PARANÁ, 2008), entretanto o ensino de Arte era extracurricular.

Com a lei n.5.692, publicada em 1971, período político de repressão, o ensino da Arte se tornou obrigatório no Ensino Fundamental e Médio, na época 1º e 2º graus. Devido à censura, na escola o ensino das artes plásticas foi direcionado para as artes manuais e técnicas e o ensino de música enfatizou a execução de hinos pátrios e de festas cívicas. (PARANÁ, 2008, p.43)

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, houve um interesse por fundamentos novos para educação, destacando Saviani. A publicação de uma nova Reestruturação do Ensino apontava para a escola e o ensino da Arte como ferramentas de humanização e transformação social. A lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1996 estabelece: “O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.” (BRASIL, 1996).

De 1997 a 1999, foram encaminhados para os professores da rede pública estadual, em seus estabelecimentos de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN). Fundamentados na Metodologia Triangular, da autora Ana Mae Barbosa, cujo encaminhamentos metodológicos deixavam os conteúdos específicos da disciplina em segundo plano para propor um trabalho em Arte através de projetos.

No Paraná, em 2003, surgem discussões envolvendo professores e representantes dos Núcleos Regionais de Educações e Instituições do Ensino Superior para a construção coletiva das diretrizes curriculares estaduais. “As novas diretrizes concebem o conhecimento nas suas dimensões artística, filosófica e científica e articulam-se com políticas que valorizam a arte e seu ensino na rede estadual do Paraná.” (PARANÁ, 2008, p.45).

A LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Avanços ocorreram na educação escolar e no ensino da Arte depois da sanção da lei nº 10.639/03, que determinou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana nos currículos oficiais do ensino básico, rompendo com o modelo de educação seguido em muitas escolas cuja a predominância era o eurocentrismo.

Como nos diz Fernandes,

Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua maioria, de negros e mestiços. Nesse sentido, uma análise mais acurada da história das instituições educacionais em nosso país, por meio dos currículos, programas de ensino e livros didáticos mostra uma preponderância da cultura dita “superior e civilizada”, de matriz europeia. (FERNANDES, 2005, p.379).

Mesmo com a lei, Fernandes (2005) aponta a maneira como o negro ainda é visto na instituição escolar, assim como sua história e cultura é apresentada no processo de escolarização proposto deixa a desejar, pois estão abarrotados de estereótipos e preconceitos.

A história da África é representada a partir de uma concepção escravista e através de imagens do negro folclorizada, omitindo a participação africana na formação do país.

De acordo com Fernandes,

Os africanos, que aportaram em nosso território na condição de escravos, são vistos como mercadorias e objetos nas mãos de seus proprietários. Nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileiras, embora tenha sido ele a mão-de-obra predominante da produção da riqueza nacional, trabalhando na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café, em diferentes momentos de nosso processo histórico. (FERNANDES, 2005, p.380).

Segundo Elisa Larkin Nascimento:

[...] está cada vez mais comprovada a anterioridade da evolução do continente africano dos elementos citados (agricultura, criação de gado, metalurgia, especialização ocupacional) que convergem no desenvolvimento da civilização. (NASCIMENTO, 1996, p.42).

A partir da lei nº 10.639/03, tornou-se obrigatório no currículo escolar da educação básica “o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando contribuições do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a História do Brasil.” (Brasil, 2003).

Assim, desde o fim da escravidão oficialmente em 13 de maio de 1888, os negros vêm lutando por igualdades através da participação de movimentos operários, organizações políticas e culturais, como companhias de teatro, jornais alternativos, clubes e associações que foram formados com o objetivo de integrar o negro ao mercado de trabalho e na sociedade, combatendo a exclusão social. Desta forma preservando suas manifestações e criando novas expressões culturais.

No período da transição entre ditadura e democracia, na década de 1970, os movimentos negros assumiram uma postura de enfrentamento a atos discriminatórios contra os negros. Surgiu na cidade de São Paulo o Movimento Negro Unificado, como uma resposta a discriminação racial.

Muitas foram as conquistas deste movimento com uma intensa participação na redemocratização do país, destacando as reivindicações em 1988, ano do Centenário da Abolição e da promulgação da nova Constituição Federal.

Entre elas, estabeleceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII), determinou a demarcação de terras das comunidades quilombolas (art. 68º do Ato das disposições constitucionais transitórias), estabeleceu a proteção as manifestações da cultura afro-brasileira (art. 215, § 1º) e, em relação à educação, de forma genérica, estabeleceu que “o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (art. 242, § 1º).” (BRASIL, 1989, p.111).

O Movimento Negro vem demonstrando as desigualdades históricas para a população ao longo do tempo, o que influenciou na aprovação de mudanças legislativas na educação e na lei 10.639/03.

(...) os representantes do Movimento Negro Unificado, defendiam a ideia de que o sistema de ensino nacional, desde a pré-escola à universidade, tem primado por ocultar ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo negro, na África e aqui no Brasil, bem como apresentar o negro de forma inferiorizada, como seja: bêbado, serviçal, exercendo papéis considerados inferiores na sociedade. O livro

didático apresenta como modelo de bom, inteligente e bonito apenas personagens brancos. A família, a professora, o médico, todas as profissões e instituições consideradas importantes são representadas nos livros por pessoas brancas. Há centenas de livros que o negro não aparece e quando aparece em algum é de maneira negativa. A distorção dos valores dos negros tem como objetivo não oferecer modelos positivos que ajudem a construir uma autoimagem positiva, nem um referencial da sua verdadeira história aqui e na África. Em consequência, desenvolve-se no negro um complexo de auto rejeição e inferioridade e uma necessidade de branquear-se, de tornar-se semelhante ao branco, o único, modelo considerado bom, bonito e aceito pela sociedade. (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1988, p.49).

É essencial a inclusão nos currículos da educação básica o ensino de história da África, pois a escola tem a função de transmitir o conhecimento de todas as culturas e auxiliar a combater as atitudes preconceituosas e de discriminação. Somente os conhecimentos negados pelos modelos eurocêntricos podem mudar a forma estereotipada com a qual o negro é associado.

Fernandes, contribui-nos dizendo que:

Sem sombras de dúvida, a Lei representa um avanço ao possibilitar a construção de um multiculturalismo crítico na escola brasileira, ao tempo em que se reconhece uma luta histórica do movimento negro em nosso país, cuja bandeira de luta consistia em incluir no currículo escolar o estudo da temática "história e cultura afro-brasileira". Por outro lado, não podemos esquecer que muito ainda precisa ser feito para que a Lei não se torne letra-morta e venha a contribuir, de fato, para uma educação multicultural. (FERNANDES, 2005, p.384).

É um grande desafio para as universidades e para as escolas inserirem essa temática na formação dos educandos. Acreditamos que somente através de cidadãos que conhecem sua história e se reconhecem como sujeitos dessa mesma história é que possibilitarão uma transformação social nesse país.

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS AFRICANAS

Para o reconhecimento da influência africana na arte em nosso país faz-se necessário, o resgate histórico dos povos africanos e a conscientização de que são parte integrante da identidade brasileira.

A arte africana denominada arte primitiva foi excluída da história universal até o fim do século XVIII, considerada selvagem por não adotar padrões estéticos europeus, toda manifestação de arte realizada de forma diferente da visão eurocêntrica não era valorizada

e compreendida. O processo de criação da arte africana não copia modelos, mas insere significados.

Com os filósofos e artistas românticos do final do século XVIII, a concepção de arte mudou de perspectiva e se contrapôs ao modelo fundamentado da representação fiel ou idealizada da natureza. Passou, então, a ser considerada obra de arte toda expressão concretizada em forma visível/audível/dramática ou em movimentos de sentimentos e emoções. (PARANÁ, 2008, p.48).

Assim, é preciso entender que não podemos falar da arte africana no singular, ou seja, a África é o segundo maior continente e considerado o berço da humanidade, composto por 54 países com aproximadamente 200 línguas.

Segundo Hildegard,

(...) arte africana é a expressão que os estudiosos ocidentais encontraram para englobar toda a produção artística tradicional das centenas de povos que vivem nas dezenas de países da África negra. Claro está que tantos povos diferentes, com culturas diferentes, línguas ou dialetos diferentes, estilos de vida diferentes, religiões diferentes, não haveriam de criar uma arte uniforme, que pudesse ser tranquilamente reunida sob um mesmo rótulo. Mas, na falta de um termo melhor, “arte africana” é o que normalmente se usa. (FEIST, 2010, p.4).

A arte africana, carregada de significados, expressa muita sensibilidade e está relacionada aos costumes das comunidades e as suas crenças religiosas. As esculturas produzidas em argila pela cultura Nok, na Nigéria são os exemplos mais antigos e preservados, aproximadamente dos 500 anos antes de Cristo.

Além da argila, diversos materiais eram utilizados: o metal, a madeira e o marfim. Estátuas, objetos rituais, peças de mobiliário e utensílios domésticos eram confeccionados sempre ligados aos seus antepassados que acreditavam transmitir apoio físico e espiritual. “Na tradição africana, os idosos ocupam um estatuto privilegiado como portadores da sabedoria e da experiência de longos anos e como conhecedores dos segredos da vida.” (NASCIMENTO, 2007, p.38).

Associada a tradição utilitária, Hildegard afirma que “entre os iorubas, quem queria fazer bancos tinha de aprender não só a entalhar a madeira, como dominar a linguagem dos símbolos.” (FEIST, 2010, p.21).

As máscaras africanas eram utilizadas em diferentes ocasiões e possuía uma função sagrada, um elo entre o mundo dos vivos e dos mortos.

(...) ela tinha a capacidade de fazer a mediação, por um lado, entre o mundo perceptivo dos objetos com suas formas regulares e irregulares e, por outro, a profusão da imaginação humana; mediação esta em que são indistintos na experiência o sagrado e o profano. Esta arte experimenta a liberdade dentro de um rigor da tradição, que não é acadêmica, mas não deixa de ter sua rigidez porque nos seus cânones ela é voltada para o domínio de um “outro mundo”- o respeito absoluto pelo mundo da ancestralidade. (ARAÚJO, 2015, p. 5)

A arte africana possuiu significados que vão além da forma e da aparência, o objeto materializa o imaterial, além da beleza estética expressa a tradição ancestral, conectando o passado ao presente. Cada elemento tem um significado e possuem função comunicativa. As manifestações artísticas estão relacionadas a religiosidade e as questões ritualísticas, inspiradas nas crenças.

SÍMBOLOS ADINKRA

Neste estudo destacamos os símbolos adinkra como pano de fundo para a compreensão das manifestações artísticas africanas. Adinkra é uma tradição de um povo africano, compreende um conjunto de ideogramas, que são símbolos gráficos utilizados para representar uma palavra ou conceito abstrato, encontrados nas estampas dos tecidos e também na cerâmica, na arquitetura, em objetos de bronze e talhado em peças de madeira.

A palavra adinkra significa adeus e são símbolos que transmitem ideias, representam provérbios, preservam e transmitem valores do povo akan, que habitavam as regiões que hoje compreendem os países de Gana e Costa do Marfim.

Segundo Nascimento (2009, p.22) “não só os desenhos do adinkra são esteticamente e idiomáticamente tradicionais, como, mais importante, incorporam, preservam e transmitem aspectos da história, filosofia, valores e normas socioculturais desses povos de Gana.” Os tecidos estampados com os símbolos adinkras eram usados em cerimônias importantes como funerais ou festivais de homenagem, exclusivo de líderes espirituais e da realeza.

A origem do adinkra são os clãs *gyaaman*.

Nesse sentido, Nascimento comenta:

De acordo com a história oral, o conjunto dos adinkra tem origem numa guerra que o rei dos asante – Asantehene – Osei Bunsu moveu contra o rei Kofi Adinkra de Gyaaman, hoje uma região da Costa do Marfim. O rei Adinkra teve a audácia de copiar o gwa, banco real do Asantehene e símbolo da sabedoria e do poder do Estado. Assim provocou a ira do Asantehene, que foi à luta. Vencida a guerra, os asante dominaram a arte dos adinkra, passando a ampliar o espaço geográfico onde impunham sua presença. (NASCIMENTO, 2009, p.22).

O etnocentrismo europeu negou a história da África por muito tempo, afirmando que não criaram um sistema de escrita, porém, além dos hieróglifos egípcios e outras inúmeras escritas africanas o adinkra é considerado um antigo sistema de escrita, patrimônio cultural que testemunha a riqueza da matriz africana no mundo. Em muitas culturas africanas a arte traz os conhecimentos do passado até o presente.

Para Nascimento e Gá:

Os estudos africanos deixaram de ser exclusivamente uma demanda do movimento social negro para se tornarem uma necessidade de toda a sociedade. Passou a ser matéria de lei a necessidade de assumir o legado africano como uma condição essencial do aprender e do conhecer. Os adinkra e seus significados nos mostram a razão dessa necessidade: as referências culturais africanas dizem respeito a humanidade toda e ao Brasil como nação. (NASCIMENTO; GÁ, 2009, p.14).

Estudar a cultura africana através dos símbolos adinkra permitirá a percepção da arte e seus significados, possibilitando a construção de uma sociedade igualitária que reconhece e valoriza a história e a cultura de seu povo.

O presente estudo não possuiu um vasto referencial, sendo usado como instrumento teórico o livro dos autores Elisa Larkin Nascimento e Luiz Carlos Gá intitulado Adinkra: sabedoria em símbolos africanos. O adinkra expressa muito mais que um símbolo gráfico.

Os desenhos dos símbolos adinkra são baseados em animais, em corpos celestiais, no corpo humano, em objetos feitos pelo homem, em formas abstratas e na vida vegetal. São uma herança cultural africana ligada aos seus ancestrais.

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A implementação do projeto de intervenção na escola ocorreu a partir do mês de fevereiro do ano de 2017, em uma turma de 9º ano do ensino fundamental no Colégio Estadual Tatuquara.

O colégio oferta a comunidade o ensino fundamental e médio com capacidade para atender até 900 alunos. O início do seu funcionamento foi em 2012 e está localizado em um bairro predominantemente circunscrito por moradias populares, o índice de escolaridade dos pais verificado através de um questionário no momento da matrícula demonstra que 51% não possuem o ensino fundamental completo e que o acesso à cultura é limitado, devido a ser um bairro afastado do centro da cidade e dos espaços culturais.

Os motivos que contribuíram para a elaboração do projeto de intervenção pedagógica na escola são as situações envolvendo o preconceito racial e a discriminação, observados no ambiente escolar. Essas situações influenciam gerando consequências como o sentimento de inferioridade, a inadequação social, comprometimento do aprendizado levando ao fracasso e evasão escolar do estudante negro. Existem alguns fatores no ambiente escolar que colaboraram para o desencadear dessas situações, tais como: a omissão da história do negro; modelo de educação eurocêntrico; representação pejorativa da imagem do negro nos materiais didáticos e a desvalorização da história e cultura africana.

A lei nº 10.639/03, traz a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em todas as áreas do conhecimento, visando priorizar as disciplinas de Arte, Literatura e História. Cabe aos professores inserir tais conteúdos em seus planejamentos para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Na disciplina de Arte, a forma como os conteúdos são estruturados nas Diretrizes Curriculares Nacionais possibilitam o trabalho do professor com cultura africana e afro-brasileira. Os africanos, quando forçados a vir para este país, trouxeram consigo sua própria África. Um patrimônio cultural material e imaterial composto por objetos, hábitos, canções, jogos, rituais e muitas histórias encontrados nas religiões, na culinária, nos modos de tecer e de vestir.

A arte africana denominada arte primitiva foi excluída da história universal até o fim do século XVIII, considerada selvagem por não adotar padrões estéticos europeus, toda manifestação de arte realizada de forma diferente da visão eurocêntrica não era valorizada

e compreendida. O processo de criação da arte africana não copia modelos, mas insere significados.

A proposta de intervenção pedagógica busca desconstruir essa visão artística eurocêntrica demonstrando que os símbolos adinkra estampados nos tecidos do povo Akan são referenciais de identidade e de pertencimento e podem ser reconhecidos como uma manifestação artística africana.

As ações pedagógicas foram divididas em três unidades e registradas em um portfólio.

Na unidade I foi realizado um breve diagnóstico do conhecimento dos alunos sobre a temática, na sequência ocorreu a sensibilização por meio de um filme: Rainha de Katwe.

O diagnóstico aplicado apresentou questões abordando a temática proposta no projeto, observou-se um conhecimento limitado dos alunos sobre o continente africano e suas características culturais e artísticas.

Os alunos relataram conhecer apenas a influência dos povos africanos por meio da culinária, das danças e religiões presentes em nossa cultura. A grande maioria desconhecia a existência da simbologia adinkra. A sensibilização ocorreu por meio de uma história verídica, relatando a trajetória de uma menina analfabeta em Uganda, que supera as adversidades de sua vida praticando o jogo de xadrez.

O filme destaca aspectos culturais característicos do país africano, como as músicas de ritmos alegres e as cores quentes nas vestimentas e acessórios. No início da exibição do filme a aluna negra J.S.R. comentou: “Vou gostar deste filme pois só tem negrinhos”. Demonstrando contentamento e se identificando com a etnia das personagens.

Foram realizadas atividades de contextualização histórica e geográfica do continente africano através do mapa político (figura 1) e registradas em um portfólio (figura 2).



Figura 1- Atividade com mapa político
Fonte: o autor (2017)

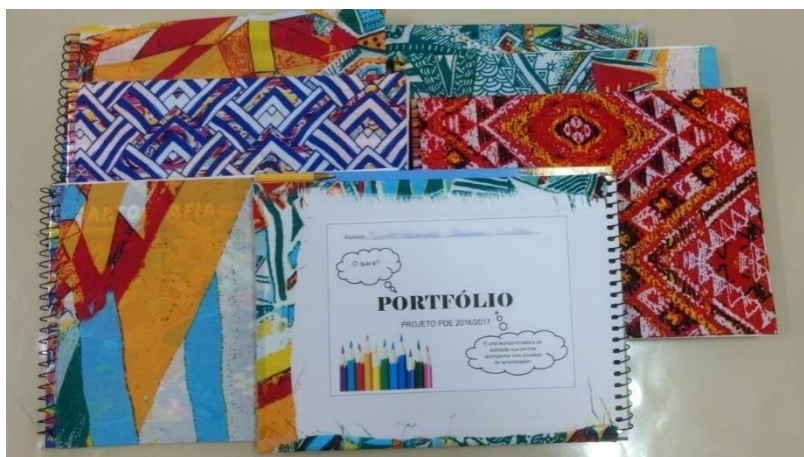


Figura 2- Portfólios
Fonte: o autor (2017)

Os alunos pesquisaram sobre alguns países africanos destacando suas capitais, área, população, língua oficial e moeda. Também tiveram contato com as bandeiras que representam oficialmente esses países. Esta atividade teve como objetivo reconhecer dados históricos e geográficos do continente africano.

Após o reconhecimento do continente africano foi feita uma reflexão sobre a condição do negro escravizado em nosso país. Neste momento os alunos foram instigados a relacionar o modo de vida do negro no passado com a situação do negro atualmente. Relataram perceber várias situações e atitudes que demonstram o racismo nos dias atuais,

por meio de apelidos ofensivos que ocorrem no ambiente escolar como “carvãozinho” e “seu preto”. Nas postagens das redes sociais que transmitem mensagem racistas e também nos comentários sobre a estética do cabelo negro.

Os alunos, ainda abordaram as situações de desprestígio social e inferioridade que veem nas mídias, como por exemplo: “Nas novelas quando tem um negro sempre são pobre e fazem papel de bobo”. Também mencionaram a discriminação em entrevistas de empregos e salários menores por causa da cor da sua pele e que: “Todos os dias, alguém é vítima de racismo, que as vezes deixa de ser verbal e torna-se físico”.

O objetivo dessa atividade foi levar os alunos a uma reflexão sobre as condições do negro no Brasil desde o período da escravização.

Finalizando a primeira unidade, foi apresentada a lei nº 10.639/03, questionando a sua importância e os benefícios que ela nos trouxe no intuito de caminharmos para uma sociedade mais justa e livre do racismo, da discriminação e do preconceito racial.

Os alunos relataram a importância da lei para a inclusão da história da África e dos africanos nos conteúdos escolares, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes a história do Brasil. Também, por meio da lei proporcionar aos alunos um conhecimento mais amplo da cultura afro-brasileira e a sua valorização, dando visibilidade a sua história. Segundo o aluno negro C.A.O.S. a lei serve para: “lembrar que esse povo existe que eles estão ali do teu lado, que mostra principalmente a cultura do berço da humanidade, visando a importância de estudar de compreender a história, cultura afrodescendentes que faz parte da história do Brasil”. O objetivo dessa atividade foi reconhecer a importância da lei nº 10.639/03, na busca de uma sociedade justa e igualitária.

Na unidade II vimos a importância da arte como registros históricos que contam a história da humanidade. E para essa compreensão foram realizadas pesquisas sobre artistas estrangeiros e a forma como registraram suas impressões ideológicas e artísticas sobre a escravidão no Brasil, século XIX. Com base nas pinturas: Negros de Carro e Navio Negreiro, respectivamente dos artistas Debret e Rugendas.

Assim, os alunos puderam relacionar as semelhanças e as diferenças entre os artistas e compreender seu posicionamento sobre a escravidão, que em seus relatos manifestaram suas impressões das obras declarando que um artista retratava a vida cotidiana dos escravos e o outro artista denunciava o sofrimento e a condição desumana a que eram submetidos.

O Objetivo dessas atividades foi interpretar historicamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura e analisar imagens através das pesquisas e discussões realizadas.

Na unidade III, os alunos tiveram contato com as manifestações artísticas africanas, observando que a arte africana foi considerada primitiva até o século XVIII, por não seguir os padrões estéticos europeus. Compreenderam que as manifestações artísticas africanas são encontradas nos objetos utilitários e ritualísticos e no modo de viver e vestir dos povos africanos.

Estátuas, objetos rituais, peças de mobiliário e utensílios domésticos eram confeccionados sempre ligados aos seus antepassados que acreditavam transmitir apoio físico e espiritual. As máscaras africanas eram utilizadas em diferentes ocasiões e possuíam uma função sagrada, um elo entre o mundo dos vivos e dos mortos. Neste momento observaram imagens de esculturas e máscaras utilizando o recurso da TV e puderam manusear máscaras africanas, especificamente da região de Gana.

Durante a apreciação das máscaras demonstraram curiosidade e realizaram questionamentos sobre a sua origem, o material que foram esculpidas e o significados dos símbolos nelas vistos. Foi visível o interesse em poder tocar em algo distante da nossa cultura, alguns alunos até colocaram sobre a face (figura 3).



Figura 3- máscara africana
Fonte: o autor (2017)

Os comentários foram distintos, alguns alunos gostaram das máscaras e manifestaram que gostariam de ter um objeto assim como elemento decorativo, outros não gostaram, dizendo ser algo agressivo.

Nesse momento uma aluna fez um comentário sobre a função e o significado da máscara, destacando a sua importância e não apenas a sua beleza. Desta forma relacionou o conteúdo trabalhado com a observação do objeto.

Outros objetos foram citados pelos alunos, tais como: vasos de cerâmica, colchas feitas manualmente e quadros decorativos. Esses objetos estão em suas casas e são recordações de seus antepassados, levando os alunos a refletir que alguns desses elementos não estão dentro de um padrão estético pré-estabelecido, porém carregam consigo uma representatividade ou um valor afetivo muito grande, pois pertenceram a pessoas importantes para sua família.

A próxima atividade proposta foi a elaboração de um painel (figura 4) com imagens de manifestações artísticas africanas e uma palavra ou frase que expressasse o significado da arte africana.



Figura 4- confecção de painel
Fonte: o autor (2017)



Figura 5- Exposição dos painéis
Fonte: o autor (2017)



Figura 6- Exposição dos painéis
Fonte: o autor (2017)

Esses painéis (figuras 5 e 6) ficaram expostos no corredor interno do colégio, sendo apreciados por demais estudantes do estabelecimento.

Para concluir a implementação, trabalhamos os símbolos africanos adinkra, sua origem e seus significados que vão além das cores e da forma, pois carregam consigo ensinamentos. Os alunos puderam conhecer os símbolos adinkras e reproduzi-los de acordo com seus significados.

Para tal, os alunos confeccionaram marcadores de livros (figuras 7, 8 e 9) com símbolos relacionados ao conhecimento e presentearam professores, funcionários e colegas de outras turmas, fazendo uma breve explicação do adinkra. Desta forma envolvendo o coletivo escolar no aprendizado da cultura estudada.



Figura 7- Confeção dos marcadores
Fonte: o autor (2017)

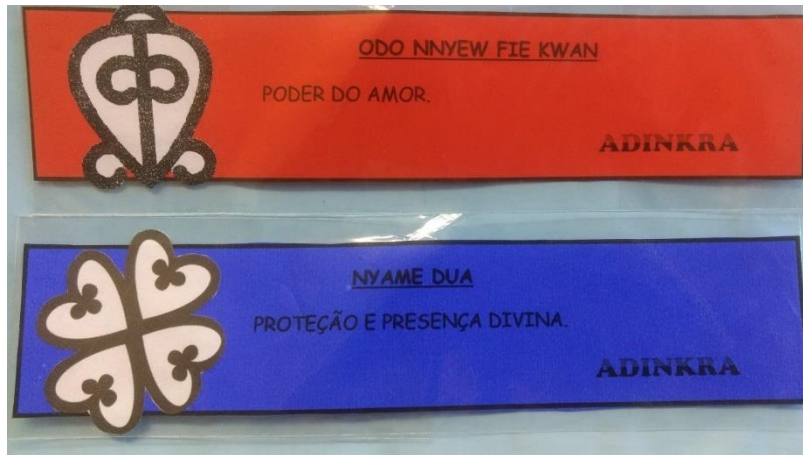


Figura 8- Marcadores de livros
Fonte: o autor (2017)



Figura 9- Marcadores de livros
Fonte: o autor (2017)

Da mesma forma, confeccionaram carimbos em EVA (figura 10) e entintaram (figura 11) para aplicar um painel em papel Kraft (figura 12) e estampar um tecido de algodão cru (figura 13). Os símbolos escolhidos foram de acordo com a preferência individual do aluno optando por sua aparência estética ou pelo seu significado.



Figura 10- Carimbos em E.V.A.
Fonte: o autor (2017)



Figura 11- Entintando os carimbos
Fonte: o autor (2017)



Figura 12- Aplicação do carimbo
Fonte: o autor (2017)



Figura 13- Estampando tecido
Fonte: o autor (2017)

A implementação foi tão gratificante que os alunos realizaram também, uma intervenção urbana no ambiente escolar, por meio de moldes confeccionados em material resistente (lâminas de exames de raio X) aplicando os símbolos adinkra na escada (figuras 14 e 15) que dá acesso ao espaço onde praticam as aulas de educação física.

Inicialmente a proposta de intervenção seria uma pintura no muro interno do colégio, porém as condições destes muros não possibilitaram a realização desta atividade, sendo então optado por outro espaço que permite aos estudantes contemplar os símbolos adinkra com um olhar além da estética artística. O objetivo dessa atividade é identificar as manifestações da diversidade do patrimônio cultural e artístico africano e reconhecer manifestações culturais atuais e seus processos históricos.



Figura 14- Aplicação dos símbolos adinkra na escada
Fonte: o autor (2017)



Figura 15- Símbolos adinkra na escada
Fonte: o autor (2017)

Assim, todas as produções artísticas realizadas pelos alunos ficaram expostas para apreciação dos demais estudantes do colégio e comunidade escolar em geral.

GRUPO DE TRABALHO EM REDE – GTR

Concomitantemente, com a implementação do projeto de intervenção pedagógica foi realizada a tutoria do Grupo de Trabalho em Rede - GTR.

Quanto a relevância do tema de estudo Cultura africana por meio dos símbolos gráficos Adinkra, os professores cursistas apresentaram interesse pelo projeto e pelo material didático pedagógico, uma vez que existe a obrigatoriedade de inserir nos planejamentos escolares esta temática.

Os professores manifestaram a importância e a urgência em aprofundar o conhecimento sobre a cultura africana, como relatou uma professora, “a minha formação acadêmica não contemplou esses estudos”.

Ressaltaram a importância das equipes multidisciplinares e sua atuação nas escolas, principalmente como apoio as demais disciplinas.

Foram unânimes em dizer que inserir a história, a cultura e a arte africana nas práticas escolares é uma forma de dar visibilidade e valorizar a participação expressiva dos povos africanos na constituição da sociedade brasileira.

Relataram experiências com práticas pedagógicas e compartilharam atividades relacionadas a cultura africana, citando como exemplo a confecção das bonecas abayomi, tradição da arte africana que simboliza a resistência e o poder feminino e outras formas metodológicas de trabalhar com os símbolos adinkra, como exemplo, a construção de pingentes de materiais recicláveis.

Essas trocas de conhecimentos e práticas pedagógicas apresentaram novas possibilidades de compreender o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o artigo e rever todo o processo desenvolvido desde a elaboração do projeto de intervenção escolar, a produção didático-pedagógica, a implementação do projeto e as discussões realizadas no Grupo de Trabalho em Rede (que envolveu professores de várias regiões do Estado do Paraná), constatamos que os objetivos foram não só atingidos, como superaram as nossas expectativas.

Os estudantes puderam compreender e valorizar as manifestações artísticas que são partes integrantes da cultura dos povos africanos.

As atividades por eles desenvolvidas contribuíram para que iniciássemos um processo de desconstrução do pensamento equivocado e estereotipado do continente e do seu povo, que possui uma diversidade artística e cultural rica e que por muitas vezes é reconhecido restritamente pelo processo da escravização.

Todo o desenvolvimento das atividades realizadas pelos estudantes foi registrado em um portfólio, o que possibilitou analisar o percurso da construção do conhecimento de cada um deles.

As produções artísticas foram expostas em espaços de circulação dos demais estudantes do colégio, permitindo um compartilhamento do conhecimento.

Da mesma forma, não podemos deixar de destacar que algumas das atividades propostas nesse artigo foram desenvolvidas pelos professores cursistas do GTR em outros colégios da Rede Pública Estadual do Paraná, reforçando a relevância do projeto para efetivação da lei nº 10.639/03.

São inúmeras as possibilidades de pesquisas e estudos sobre o continente africano. Sua diversidade cultural e artística contribui de forma significativa para o estudo na disciplina de Arte.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana M. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva; SILVA, Renato Araújo da. **África em artes**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CALABRIA, Carla P. B.; MARTINS, Raquel V. **Arte, História e Produção 2**. São Paulo: FTD, 2009.

CLARO, Regina. **Olhar a África: fontes visuais para sala de aula**. 1ª ed. - São Paulo: Hedra Educação, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

FIEST, Hildegard. **Arte Africana**. São Paulo: Moderna Ltda, 2010.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOPES, Ana Lúcia et al. **Educação Africanidades Brasil**. Distrito Federal: MEC, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução às antigas civilizações africanas. **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 39-49, 1996.

NASCIMENTO, E. L.; GÁ L. C., org. **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O tempo dos povos africanos**. Ministério da Educação – MEC / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

Articulando Arte na Escola. Disponível em: <www.articulandonaescola.blogspot.com>. Acessado em 08 de novembro de 2016.

Geledés. Disponível em <www.geledes.org.br/>. Acessado em 01 de novembro de 2016.

Portal Casa das Áfricas. Disponível em: <www.casadasafricas.org.br/adinkras>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

Portal da Cultura Afro-brasileira. Disponível em: <www.faecpr.edu.br>. Acessado em 23 de novembro de 2016.